

CONVÊNIO ACADÊMICO



CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA

Rua Riachuelo, 217 – Centro -- 05002-070 São Paulo/SP – Brasil

www.cedec.org.br



Projeto “Memória da Constituinte (1987-1988)”

Depoimento:

MAURO SANTAYANA

Equipe de Pesquisa

Antônio Sérgio Rocha (DCS/Unifesp) - coordenador/editor

Daniel Menezes (Direito/Mackenzie) – coordenador adjunto

Ademar Seabra da Cruz Junior (MRE/Itamaraty)

Andrei Koerner (DCP/Unicamp)

Bernardo Ferreira (DCS/UERJ)

Cicero Araujo (DCP/USP)

Eduardo Noronha (DCS/UFSCar)

Jefferson Goulart (DCH/UNESP)

Mauro Santayana nasceu em 1932, no Rio Grande do Sul. Jornalista autodidata, trabalhou em inúmeros periódicos. Foi chefe de reportagem do Diário de Minas de 1955 a 1958 e secretário de redação da Última Hora (RJ) em 1959. Escreveu também na revista Manchete, no jornal mineiro Binômio e Diário de Minas. Em 1964, colaborou com o embaixador Mário Palmério, no Paraguai, nas negociações para a implantação da hidrelétrica de Itaipu. Com o golpe militar, exilou-se, durante mais de dez anos no Uruguai, no México, em Cuba e na Tchecoslováquia. Em Bonn, na Alemanha, foi correspondente do Jornal do Brasil de 1970 a 1973. Entrevistou personalidades como Willy Brandt, Garrincha, Dolores Ibarruri, Jorge Luis Borges, Lula e Juan Domingo Perón. Em 1974, ganhou o Prêmio Esso de reportagem com a matéria "Assim começou uma guerra", na qual publicou extratos do diário de bordo do comandante do submarino alemão que afundou navios mercantes brasileiros e de passageiros na costa brasileira no início da Segunda Guerra Mundial. De 1976 a 1982, foi diretor da sucursal da Folha de São Paulo em Minas Gerais. Também colaborou com a Gazeta Mercantil de 1982 a 1992. Conselheiro, ghost-writer e amigo de Tancredo Neves, foi o responsável pela articulação da campanha presidencial do então governador mineiro, representando-o em São Paulo. Em 1985, foi Secretário-Executivo da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (mais conhecida como Comissão Afonso Arinos). Entre 1987 e 1990, foi adido cultural do Brasil em Roma. Em 2004, a amizade com Tancredo Neves e o trabalho feito pela reconquista da democracia garantiram-lhe uma condecoração do governo mineiro. Publicou A tragédia argentina - poder e violência, de Rosas ao peronismo (1976); Conciliação e transição: as armas de Tancredo (1985); Mar Negro - Nação e Governo Em Nosso Tempo (2000); Dossiê da guerra do Saara (1987); Tancredo, o verbo republicano (Autêntica, 2010).

Tancredo e a transição: o caminho pelo centro

Antes mesmo do golpe militar de 64, as prisões de Minas Gerais estavam cheias, já que o governador era o Magalhães Pinto, um dos principais conspiradores do golpe. Mas foi bem antes disso que eu conheci Wânia, minha esposa. O pai dela era ferroviário, com uma longa militância política junto aos sindicatos mais aguerridos -- entre eles, os dos têxteis, bancários, gráficos, mineiros de Morro Velho, metalúrgicos, eletricitas. Os ferroviários dissimulavam sua ação sindical fundando as Associações de Auxílios Mútuos. O pai de Wânia fundou vários núcleos dessas entidades ao longo do leito dos trilhos. Os comunistas, foras-da-lei naquela época, militavam, sem serem detectados, nos sindicatos mais atuantes. Eles não eram internacionalistas, eram na verdade bem nacionalistas. Lutaram pelo desenvolvimento do país, pela criação da Petrobrás. Era uma campanha popular, com vendas de miniaturas de torres de petróleo, que as pessoas afixavam nas paredes de suas casas, identificando sua participação na campanha. Também foram cunhadas moedas com a frase “O petróleo é nosso” em uma das faces e uma torre de petróleo na outra.

Tancredo Neves foi advogado dos ferroviários. Ele tinha uma profunda ligação com a categoria, o que não excluía o apoio geral dos trabalhadores. Em 1947, Tancredo foi eleito deputado estadual constituinte, com expressiva votação nas categorias mais aguerridas, especialmente entre os ferroviários. Tancredo chegou a ser preso e interrogado pela polícia política em Belo Horizonte, durante uma greve da Rede Mineira de Viação, ainda no Estado Novo. Na Assembleia Constituinte mineira, Tancredo assumiu logo a liderança da oposição a Milton Campos, e foi escolhido relator da Constituinte estadual.

Fazer oposição a Milton Campos não era fácil. O governador dispunha de grande prestígio político e intelectual, mas Tancredo soube superar essa

dificuldade com seu talento e cultura. Como todos os homens de ilustrados de sua geração, Tancredo conhecia os clássicos gregos e latinos. Estava informado do que se passava em outros países e era conhecida a fundo a história política brasileira, sobretudo do Segundo Reinado.

ATUANDO NO JORNALISMO

Sempre fui uma espécie de lobo da estepe, guiando-me pelo instinto de foca. Comecei cobrindo os fatos policiais. A reportagem policial é o teste para aferir o caráter do jornalista. Ali, o jovem se revela um homem de bem ou um canalha. Sempre me ajudou alguma coragem pessoal; foi assim que realizei uma reportagem de grande repercussão, ao internar-me no Instituto Raul Soares, um hospício famoso pelos maus tratos a que eram submetidos os internos. Durante duas semanas, pude conviver com a pior experiência humana. Com uma câmera fotográfica diminuta, pude documentar o sofrimento inenarrável de alguns, na enfermaria de indigentes a que fui destinado. A repercussão do trabalho foi tamanha que obrigou o Governador Bias Fortes a fazer uma visita de surpresa ao manicômio e a construir um novo hospital para reduzir a superlotação do Raul Soares.

Em pouco tempo, tive uma ascensão profissional que me surpreendeu. Passei a fazer reportagem política e a redigir editoriais do *Diário de Minas*. O outro salto profissional se deu com exílio a que fui submetido pelo golpe militar de 1964. No exterior, aprendi bastante, escrevendo para jornais importantes como o *Rude Pravo*, de Praga, até me tornar correspondente internacional do *Jornal do Brasil*.

DO EXÍLIO AO REENCONTRO COM TANCREDO

Saí do Brasil em 1964 e fiquei dez anos fora do país. Fui diretor das emissões em português da Rádio Havana. Acompanhei, por exemplo, a Primavera de Praga, e de certa forma até participei dela. Mas eu não aguentava mais o exílio. Fiz então uma reportagem, na Alemanha, sobre um tema que os militares

brasileiros não podiam ficar contra mim, já que era sobre o afundamento dos nossos navios na Segunda Guerra Mundial, em agosto de 1942. Por muito tempo, os integralistas difundiram que foram os americanos que afundaram os navios, para livrar a cara dos nazistas. Levantei toda a documentação sobre isso e fiz uma série de reportagens para o *Jornal do Brasil*, contando o que realmente tinha acontecido. E ganhei o Prêmio Esso pela matéria. Fui convocado por Alberto Dines, diretor de redação do *JB*, a vir ao Brasil recebê-lo. E vim. Minha mulher não pôde vir, porque estava condenada pelo Tribunal Militar de Juiz de Fora. Mais tarde foi absolvida pelo Superior Tribunal Militar, com o voto do General Geisel. Regressamos em 1974 -- exatamente dez anos depois de ter partido para o exílio. Fomos recebidos pelas forças de repressão, que subiram ao navio e ali nos prenderam -- a mim, minha mulher e minha filha de 9 anos. Uma vez libertados, e aconselhados por Mário Palmério e José Aparecido de Oliveira, fomos para Uberaba (MG), onde fui vigiado permanentemente pela Polícia Federal. Era um período de readaptação ao Brasil. O regime militar ainda tinha aquela coisa de tentar impedir que determinados jornalistas trabalhassem na grande imprensa. Nem por isso deixei de ser convidado pelo *O Globo* para chefiar a redação de sua sucursal em Belo Horizonte.

Um dia, eu estava sentado em um botequim do centro da cidade, conversando com amigos, quando passou Tancredo Neves, acompanhado de Jorge Ferraz, então presidente do MDB de Minas Gerais. Ao invés de cumprimentá-lo, todo mundo naquela roda começou a olhar para o lado. Achei estranho. E fui eu cumprimentá-lo. Tancredo pareceu feliz: “Você voltou, Mauro! Mas não deveria ter voltado, não”. Respondi: “Voltei, eu não aguentava mais o exílio”. “Bom, já que você voltou, vamos almoçar no Hotel Del Rey”. Tancredo já me conhecia do trabalho que eu fizera no *Diário de Minas*, em Belo Horizonte, muitos anos atrás. Era natural que eu o conhecesse: ele era deputado estadual, de modo que, ao cobrir a Assembleia Legislativa, sempre o encontrava. Ademais, ele exercia

uma liderança muito forte no Estado, já que tinha sido líder da oposição a Milton Campos em 1947.

Na conversa, ele me perguntou o que eu estava achando da situação política do país. Dei a ele minhas impressões: “A saída é por Minas, pelo MDB, e com você”. Porque eu acreditava que a superação do regime militar precisava se dar de maneira gradativa e moderada, a fim de que acumulássemos força. Para isso, era necessário encontrar o centro. Às vezes, o centro oscila mais para a esquerda ou mais para a direita. Disse a ele: “Você é um homem rigorosamente do centro”. Eu já tinha escrito isso na *Folha de São Paulo* -- eu não mais estava no Globo --, no qual eu disse que a única pessoa que podia salvar o Brasil é Tancredo Neves. Tendo desenvolvido todo esse raciocínio, ele me disse que iria me telefonar para nos reencontrarmos. Foi nesse reencontro que eu comecei a colaborar na redação dos seus discursos. A gente conversava antes sobre os temas e eu escrevia os textos para ele.

Tancredo telefonou certo dia e me disse: “Mestre Santayana, preciso de ti”. Quando ele era senador, me disse assim: “Me chame de você, se não fica difícil nós nos entendermos”. Concordei: ninguém pode assessorar alguém que chama de “senhor”.

TRANSIÇÃO POLÍTICA & CONCILIAÇÃO: ESCRITOS DE ÉPOCA

Como lhes disse, tive uma atuação intensa como jornalista político ao longo dos anos da abertura e da transição política. Peço licença para evocar trechos de artigos que escrevi naqueles anos.

Lembro primeiramente que havia conflitos internos no MDB mineiro que precisavam ser superados e extremismos a serem deixados de lado, de modo que se fortalecesse o nome de Tancredo para a direção nacional do partido. Sobre isso, escrevi a respeito do partido dos militares e empresários:

À Arena mineira, é honroso o desafio de enfrentar a inteligência cívica de Tancredo, hoje a serviço da Oposição. E, mais do que isso, sabem os dirigentes arenistas que o veterano parlamentar é também homem de diálogo. Diálogo alto, sem arrogância, sem submissão (artigo *O Homem e a Hora*, 15/02/1977).

Um pouco depois, escrevi outro artigo, colocando novamente o tema da liderança em evidência. Escrevi assim:

O segredo de Minas está no diálogo. Os mineiros adoram a conversa, viajeira a todos os assuntos, para habitar os que mais interessam aos interlocutores. [...] Por isso mesmo, o Sr. Afonso Arinos desprezou a convocação de uma Constituinte e reclamou a conversa. O momento, disse ele, com outras palavras, exige a atividade política. E a atividade política é o indagar. Os dois campos nos quais se divide a Nação, e que ele identificou como campo liberal e campo antiliberal, na verdade pouco se conhecem. É necessário que caiam os preconceitos, que haja livre discussão, para definir-se o futuro nacional. O que se não pode admitir é o silêncio, e neste caso é fundamental, para que as ideias não se venham a transformar em perigosas fronteiras, que se mantenha a liberdade de imprensa. Os jornais são conversa pública. Esta “Folha”, e outros jornais brasileiros, acolhendo as opiniões em litígio, sem outra preocupação que não seja a do respeito às ideias, servem de parlatório àqueles que, por uma ou outra razão, não se dispõem ao diálogo privado. Em Minas, é comum a conversa entre adversários. Quem está seguro de suas convicções não teme o confronto.” (*Hora de conversar*, 29/04/1977).

Eu insistia também na importância de adequar o nosso modelo econômico aos nossos recursos e nossas dificuldades. Na sugestão de como enfrentar esse desafio, recoloquei o tema da conciliação:

O entendimento não é utópico, como pretendem os insanos radicais. Na base da conciliação está o sentimento de respeito à Pátria que a todos nos anima. Ninguém pode pretender o monopólio do patriotismo. Unidas as diversas correntes de opinião pelo amor comum ao Brasil, poderiam ser livremente discutidas as hipóteses de trabalho para a construção de nosso destino. Uma coisa é certa, e o Sr. Severo Gomes

vem repetindo a advertência: não poderemos fazê-lo sem duros sacrifícios e sem sólida união de vontades. (30/06/1977).

No dia 24 de julho de 1977, publiquei uma matéria esclarecendo as divergências existentes em diversos setores da sociedade e também dentro das forças armadas. Dessa maneira, minha intenção era mostrar que existia uma parcela de chefes militares que queriam mudanças no regime:

Há, sem embargo, a esperança de que o próximo governo seja de transição, a caminho de uma constituição que dê ao povo, e de forma direta como é da própria e singela definição de democracia, o direito de decidir seu destino e indicar aos delegados a fazê-lo cumprido. [...] Na verdade, o Brasil está convencido de que a hora é de sacrifícios gerais, mas seus cidadãos gostariam de contribuir, por intermédio de seus representantes, para os projetos de desenvolvimento econômico e social. [...] Ora, a decisão política é, por definição, uma decisão de consenso. Trazer de novo os políticos aos círculos de decisão econômica e social é tarefa que pode cumprir o próximo governo. (24/07/1977)

O tema da transição política figurava com frequência nos artigos que eu escrevia naquele período. Em 11 de novembro de 1977, me referi novamente a Tancredo como o grande nome da oposição. Apresentei-o em meio a elogios em torno das suas habilidades políticas e princípios éticos, procurando justificar o porquê de ser ele é a melhor opção política. Intitulei o artigo “As razões de Tancredo”:

Há uma outra razão forte para que o deputado de São João Del Rei assumira essa posição. Ele procede do PSD, e de sua ala mais dinâmica. Deve, por isso mesmo, ser senhor daquela suspeita de que a velha UDN, astuciosa, correu, sôfrega, em direção ao poder estabelecido em 1964, mas não soube ocupá-lo com a exigida inteligência. Em lugar de apaziguar, radicalizou; em vez de contribuir com as críticas que sua aliança permitia, curvou-se. Deixou que a tecnocracia se apossasse do Governo. Ora, o sistema demonstra compreender (e o presidente Ernesto Geisel o confirma com a

Missão Portella) que não se pode governar sem política, e que a política é coisa a ser feita por políticos. A hora parece soar, então, para os velhos pessedistas, que souberam enfrentar, com paciência, as dificuldades dos últimos treze anos. [...] É chegada a hora em que essa paciência seja recompensada. De certa forma, o sr. Tancredo Neves, como homem do antigo PSD mineiro, já começa a ser visto com olhos de compreensão pelo Sistema. Ele pode ser o porta-voz da Oposição para que se afirme a grande reconciliação nacional, que, quer queiram, quer não, o presidente Ernesto Geisel está realizando com seus atos.” (11/11/1977)

Mas eu também direcionei críticas aos opositores da transição democrática. Em 9 de dezembro de 1977, no artigo “Quem está contra a abertura”, apresentei uma postura combativa:

(...) existem os que, sincera, mas equivocadamente, consideram o Estado ainda em perigo, outros há que buscam defender apenas os privilégios que a excepcionalidade do regime favorece. O debate recente entre empresários paulistas oferece indícios para a identificação dos últimos. Quando alguns dentre eles insistem na tese cansada de que o bolo deve continuar crescendo, antes de ser repartido, e outros empresários, de raciocínio aparentado, defendem a permanência dos instrumentos de arbítrio, fica algo para estimular os analistas. A quem, na verdade, serve uma sociedade fechada?[...] A cada momento descobrimos mais que muitos defensores do arbítrio não querem garantir o Estado. Querem garantir-se.” (09/12/1977)

Para mim, os crescentes sinais de abertura exigiam, sobretudo, moderação por parte da oposição; num momento em que o governo militar apontava para propostas de distensão, não cabia à oposição de exaltar-se e radicalizar-se. Eu achava que uma ação imprudente e impulsiva da oposição poderia colocar tudo a perder. Escrevi assim:

A moderação não significa renúncia. Indica, ao contrário, responsabilidade. Quando se tem um objetivo a atingir (e principalmente quando este objetivo é político), a prudência, na maioria das vezes, se torna expressão de coragem. É preciso ter coragem

cívica para reprimir os próprios impulsos de insatisfação. (“A moderação reclamada”, 09/05/1978).

Em 16 de outubro de 1978, voltei a enfrentar o tema da conciliação política e das possíveis saídas para a crise do regime autoritário. Para mim, conciliação era sinônimo de justiça e devia reparar os males que o regime fez a todos. Tentei apontar algumas direções, dentre elas acabar com os “biônicos”:

Como poderá o General Figueiredo promover a conciliação nacional? Ele deverá romper com os métodos de administração econômica que demonstraram sua perversidade para com os trabalhadores, deles retirando os saldos financiadores das mordomias, e demonstraram sua perversidade para com o futuro, levando-os a empinar papagaios que roçam a órbita da lua. É vez dos regimes fortes firmar-se na austeridade. [...] O Brasil vive uma lógica própria, e tudo pode acontecer. Mas, nada acontecerá de positivo se a democracia não for realmente exercida. E, para ser exercida, por que não promover o General Figueiredo, logo no início de seu Governo, a extinção das figuras constrangedoras dos governadores e senadores biônicos?” (A Conciliação, 16/10/1978).

Eu concluía meu raciocínio com a necessidade de dar fim ao AI-5:

Como dizia Guizot, “todo poder único de fato transforma-se rapidamente em absoluto de direito. É, portanto, necessário que todo poder de fato se sinta dependente”. No caso brasileiro, o “poder de fato”, gerado pela Revolução de 1964, tornou-se “absoluto de direito”, com a legislação revolucionária. O primeiro passo para que ele se submetesse a uma dependência é a extinção do AI-5.” (04/12/1978).

Se eu escrevi algum artigo sobre a necessidade de uma Constituinte? Sim, e esse tema foi abordado no discurso que escrevi para Tancredo pronunciar na convenção regional do MDB, enfatizando que estávamos vivendo um momento no qual a história política brasileira fazia andar lado a lado necessidade e oportunidade. Daí a importância dos mineiros, aqueles que conseguem unir uma a outra:

Entendem também os mineiros que o passo prévio para a conciliação é a renúncia. Renúncia medida e comedida, bem se entenda, porque conciliação não é entrega. É troca. Trocam-se concessões para ajustar-se o entendimento. Nessa ordem de ideias, pode ser considerado o aviso de Tancredo, de que não se deve insistir na convocação expressa de uma Assembleia Nacional Constituinte, na abertura de um novo Congresso. Ele está investido de poderes constituintes, e poderá assumi-los, sobretudo se houver, como se pretende e se anuncia, um clima de conciliação. (12/12/1978).

Em 15 de agosto de 1982, critiquei a inadequação da Constituição vigente – a de 1967, com as emendas posteriores -- em relação à realidade nacional. Abordei assim a possibilidade de futura convocação de uma Constituinte:

A convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte se torna inadiável, segundo Tancredo, para que possamos reordenar a legislação, ajustando-a à ordem econômica e às imposições da realidade social. O ex-Primeiro-Ministro crê que as eleições de novembro, com a possível alteração da maioria parlamentar e a legitimação, pelo voto popular, dos novos governadores, trazem essa perspectiva. Essa será uma tarefa árdua, porque a simples reforma constitucional, além de não ter a força de um novo documento elaborado por delegados escolhidos com esse fim, tornou-se quase impossível com a restauração da maioria de dois terços para a aprovação de emendas. Mas o País real acabará por impor-se ao que estão tentando inventar, com modelos e leis estranhas à vontade e ao sentimento de seus cidadãos. (“Os Avisos de Tancredo”, 15/08/1982).

PARTIDO POPULAR: TANCREDO E O CENTRO

A formação do Partido Popular (PP) visava trazer ao processo político brasileiro a oportunidade de trânsito do arbítrio à democracia sem sobressaltos e sem receios. Não é segredo que essa agremiação havia nascido de um compromisso entre liberais e conservadores moderados, que tinham consciência do perigo representado pelo maniqueísmo a que parecia condenado o Brasil. O objetivo de

Tancredo em meio à vigência do regime militar era criar um centro forte, capaz de expelir tanto a extrema-direita quanto a extrema-esquerda.

Mas o grande projeto moderador do Partido Popular foi esmagado pelo “Pacote de Abril”, e não restou à agremiação liberal outro caminho senão o da incorporação ao PMDB. O PP era um partido de mineiros: fundamentalmente, um acordo entre Tancredo e o senador Magalhães Pinto.

AS CAMPANHAS COM TANCREDO

Em 1978, com a minha ajuda, Tancredo foi candidato ao Senado. Sem muito dinheiro para a campanha, ele saía para o interior com um aviãozinho fretado e deixava o dinheiro comigo, para eu pagar as contas. Chegou um dia em que o dinheiro acabou, e ele passou a viajar com um fusca. Já no caso da campanha presidencial, foi Olavo Setúbal quem fez o caixa para ele. A ligação com Setúbal vinha de longe; ele fora prefeito de São Paulo quando Tancredo era da SUMOC, e de lá muito ajudou Setúbal na administração de São Paulo. Setúbal lhe ficou muito grato por isso, era uma amizade antiga.

Em 1982, para participar da campanha de Tancredo ao governo de Minas Gerais, me demiti da *Folha* e parti para Belo Horizonte, onde me empenhei em redigir textos de campanha e a articular a candidatura com chefes políticos do interior, além de acompanhar Tancredo em algumas de suas visitas ao Estado.

Quem participava no grupo de Tancredo, além de mim? Havia muita gente: José Aparecido, Roberto Gusmão, Mauro Salles -- este, indicado por Roberto Marinho. Quem financiava a campanha? Aí teve muita gente. Olavo Setúbal, como já apontei. Mas não teve dinheiro grosso de ninguém, não. As agências de publicidade ajudaram bastante, colaborando gratuitamente com peças para a campanha. Elas formaram um *pool*, a partir de um lema do Roberto Duailibi de que não se tratava de uma conta e sim de uma causa.

TANCREDO GOVERNADOR: A TRAJETÓRIA PARA A PRESIDÊNCIA

Ao tomar posse no governo de Minas, em 15 de março de 1983, Tancredo deixou claro o seu projeto de restaurar o sistema republicano e federativo nas primeiras palavras de seu discurso:

O primeiro compromisso de Minas é com a liberdade. Quando chegaram a estas altas montanhas, os primeiros povoadores viram que nelas não havia pouso para os tiranos, nem chão para as quimeras totalitárias. Liberdade é o outro nome de Minas.

Nessa época, eu morava em São Paulo e era colunista da *Folha*. E continuei lá, mandando os discursos para Tancredo pelo correio. Ele me ligava, dizia com antecedência qual era o tema e eu lhe remetia o texto. Nesse discurso da liberdade de Minas, acho que trabalhei uns três meses. Quantos discursos eu escrevi, no total? Não foram tantos assim. Acho que foram uns quinze ou vinte. Tancredo falava pouco. Mas, quando intervinha, o fazia de forma muito incisiva. Conto um episódio exemplar.

Em 10 de abril de 1983, Tancredo e Brizola foram almoçar com Montoro em São Paulo. Nesse mesmo dia, o PT convocou centenas de servidores do Estado para tentar invadir o Palácio dos Bandeirantes. Como representante do governador de Minas em São Paulo, eu acompanhava Tancredo e participei do encontro. Nós estávamos à mesa, quando os manifestantes tentaram derrubar as grades. Era visível que os policiais estavam muito irritados, esperando apenas a ordem para reprimi-los. Foi nesse momento que percebi a angústia de Montoro, diante do ajudante de ordens que lhe trazia as más novas do *front*, a tensão de Brizola e a apreensão de Tancredo. Propus que os dois fizessem uma nota à imprensa de apoio a Montoro -- mesmo porque enfrentariam situação semelhante em seus Estados. Serra, que era o Secretário de Planejamento de Montoro, concordou. O Governador agarrou-se à ideia como um náufrago à tábua de salvação e me pediu que redigisse o documento. Um de seus filhos me

levou um papel e eu comecei a escrever. Foi quando Brizola pediu-me que “poupasse” o João – referindo-se a Figueiredo – e solicitasse ajuda federal para sanar as dificuldades dos Estados. Tancredo se opôs com uma veemência que lhe era pouco comum: “De jeito nenhum. Isso seria humilhante pedido de intervenção em nossos Estados. O que temos que exigir é democracia e uma nova Constituição. Nosso problema, mais do que econômico, é político. Está na demasiada concentração do poder da União pela via da concentração tributária. Para mudar isso, temos que conquistar a Presidência da República”. Em seguida, se voltou para Dona Lucy Montoro, que estava a seu lado, e comentou: “E depois dizem que o moderado sou eu”... Foi ali, e naquele momento, que, de forma implícita, na reafirmação do sistema federativo, surgiu a campanha memorável.

ULYSSES E TANCREDO: DAS *DIRETAS-JÁ* AO COLÉGIO ELEITORAL

Virou um lugar-comum se dizer que Tancredo preferia disputar no Colégio Eleitoral a enfrentar Ulysses em convenção partidária. Ulysses, que havia apoiado o golpe de 64, parecia desconhecer a força dos governadores. Foram esses que, de uma emenda derrotada no Parlamento, levaram a ideia para as ruas e – mesmo por via do Colégio Eleitoral – obtiveram o retorno ao poder civil, uma nova Constituição e o Estado Democrático de Direito. A longa marcha teve início em Goiânia, enquanto a Emenda Dante Oliveira tramitava no Congresso Nacional. Tancredo participou de todos os comícios, incluído o de São Paulo, que culminariam no comício monumental de Belo Horizonte, com mais de um milhão de pessoas ao longo da Avenida Afonso Pena. Foi nesse clima que Tancredo, Montoro e José Richa convieram em convocar, a pretexto da situação econômica, que se agravara, a reunião de Foz do Iguaçu. Coube a mim e a Otto Bracarense, Secretário de Governo de José Richa, a tarefa de articular o encontro. A reunião se fez em outubro, enquanto os governadores -- exceto Brizola, que recebia Figueiredo no Rio -- articulavam sua estratégia de

campanha em sala ao lado. Se as *Diretas-Já* ficaram inviabilizadas pela derrota da Emenda, era necessário enfrentar o regime em seu próprio terreno: o Colégio Eleitoral. Por incumbência de Tancredo, e para a decepção dos secretários de Estado ali presentes, reduzi drasticamente o documento. Quando fomos levá-lo aos governadores, Montoro, com sua distração costumeira, indagou-me se “o nosso negócio” estava no texto. Quando respondi que não, insistiu para que o enxugasse ainda mais e colocasse a nota final. A redação ficou assim:

Os governadores aqui reunidos, cômnicos de sua responsabilidade histórica, instam o Congresso Nacional a que aprove emenda constitucional restaurando as eleições diretas para a Presidência da República ainda para a sucessão do general Figueiredo. Só as eleições diretas, dentro dos ritos da democracia moderna, que compreendem o sufrágio universal e secreto, podem superar as dificuldades políticas e econômicas como as que vive hoje a sociedade brasileira.

A partir de então, as massas tomaram as ruas, em enxurradas cada vez mais densas, em Curitiba, Porto Alegre, Comburui, Maceió, Manaus, Belém – enfim, por todos os Estados brasileiros. Houve episódios divertidos. No comício de Porto Alegre, Tancredo disse que a campanha era uma “luta de machos”, e a atriz Ruth Escobar protestou, em nome das mulheres militantes. Tancredo contestou: “Minha filha, macho hoje é uma expressão unissex”...

Tive pouco contato pessoal com Ulysses Guimarães. Tancredo me disse assim: “Olha, se o Dr. Ulysses viabilizar a campanha dele, eu serei o primeiro a apoiá-lo”. Quando contaram isso para Ulysses, ele disse assim: “Quem é candidato é ele”...

Não sei se foi efetivamente Fernando Lyra o primeiro a propor Tancredo para a Presidência da República. Para mim, o primeiro que propôs Tancredo na Presidência foi o próprio Tancredo de Almeida Neves, ao tomar posse do Governo de Minas. Ele conversava comigo frequentemente, e desde que assumiu o governo do Estado não tinha outra coisa em mente. A estratégia

dele foi a de primeiro eleger-se governador, porque com isso ele disporia de um poder real.

Sim, eu me lembro de Tancredo ter dito que o seu MDB não era o mesmo do Dr. Arraes. O que era verdade. Arraes era um radical, enquanto Tancredo era moderado. E disse também que o regime militar era “o Estado Novo da UDN”. Tancredo era grande admirador de Getúlio Vargas e seu maior aliado no segundo governo. Mas tinha razões de se opor ao regime discricionário do Estado Novo. Como era adversário conhecido da UDN, unia as duas instituições na mesma restrição.

Era Antônio Ermírio de Moraes o candidato do coração de Tancredo para a Vice-Presidência da República. Ele dizia que Antônio Ermírio era o único brasileiro de suas relações que tinha negócios em todos os Estados do país. Mas Montoro convidou Antônio Ermírio antes do tempo, porque Tancredo queria negociar com o Nordeste a aceitação do candidato a vice e então se viu na necessidade de desconvidar Antonio Ermírio. Tancredo se virou para mim e disse: “Se não for Antônio Ermírio, a solução será mesmo o senador Sarney”. Porque o senador era do PDS e podia trazer o pessoal do partido para a candidatura. E foi isso que ocorreu.

Ulysses estava danado da vida com Tancredo porque acreditava que, com as *Diretas-Já*, ganharia a Presidência da República. Não ganharia! Eu também estava convencido disso. Uma eleição nacional no Brasil é muito complicada. Ou você rompe com tudo e surge como um fenômeno da natureza, como Collor, ou você tem que ter uma capacidade de articulação brutal. Ulysses não tinha nenhum desses atributos. Ulysses era um homem do comício, não era um homem dos bastidores.

Se eu acho que Tancredo Neves sabotou Ulysses nas *Diretas-Já*, como dizem? Isso é a maior mentira do mundo. Tancredo enfrentaria Ulysses nas *Diretas-Já*. Como candidato, Ulysses estaria sujeito a que alguém se lembrasse de que ele

havia participado no golpe de 64 e que chegara a propor quinze anos de cassação de mandatos – ao invés de dez anos, como queriam os militares. Você acha que alguém votaria no Ulysses se soubesse disso?...

O plano de Tancredo sempre foi pela via do Colégio Eleitoral porque sabia que as *Diretas-já* não passariam no Congresso Nacional. Ele apoiou as *Diretas* porque a única forma de ele ir para o Colégio Eleitoral seria por essa via.

OS MILITARES E A TRANSIÇÃO

Se Tancredo teve encontros com os militares? Sim. Ele teve algumas reuniões com aqueles militares cansados de serem confundidos com torturadores e corruptos. Quem fazia os acertos era o Dornelles, que era sobrinho dele e filho do major Ernesto Dornelles -- um primo de Getúlio Vargas. Tancredo tinha convicção de que era preciso poupar os militares, porque, do contrário, não tomaria posse. Sim, é verdade: havia um esquema militar para tirá-lo de Brasília em caso de golpe da extra-direita e levá-lo a Minas, onde nós resistiríamos. Pelo que me lembro, o dispositivo foi ideia do General Leônidas e do General Ivan Mendes. E estariam disponíveis alguns recursos -- em Minas e em São Paulo -- caso ocorresse alguma coisa. Além disso, nós tínhamos um avião preparado em Brasília para que, em caso de necessidade, tirassem Tancredo imediatamente de Brasília e leva-lo a Belo Horizonte, onde então ele assumiria a Presidência da República. Nós temíamos que Figueiredo fosse tentar dar um golpe de último momento – ele ou o general Octávio Medeiros. Ocorre que Tancredo, desde que ele assumiu o governo de Minas, passou a receber os informes diários do SNI – não posso dizer mediante que pessoas, porque pelo menos umas duas ou três delas ainda estão vivas. De modo que ele estava bem informado.

Leônidas estava com Tancredo. O candidato tinha um irmão militar que era general, ainda que médico. Ele teve um cunhado que foi um militar gaúcho e tinha ainda, como resultado de ter sido Ministro da Justiça de Getúlio, alguns

contatos com certos oficiais. Tancredo tinha uma boa relação com gente que representava o governo, quer dizer, com deputados, e mesmo com o pessoal da ARENA, com quem ele tinha uma boa interlocução. Ele conversava muito, sempre conversou muito. Mas era muito cauteloso. Achava que aquele não era ainda o momento de cutucar a onça com a vara curta. E isso era exatamente o que eu pensava, desde aquele primeiro artigo na *Folha de São Paulo*, em que assinalei que tudo deveria ser precedido por esforços pela conciliação nacional, que a saída da ditadura era pelo centro e que essa saída só podia ser por intermédio de Tancredo Neves.

Tancredo tinha receio de perder para Maluf, porque esse aí havia comprado todo mundo. Mas logo vimos que Maluf não tinha sal na espingarda. Daí Tancredo passou a querer ganhar com uma votação expressiva, para que ele tivesse autoridade.

Roberto Gusmão foi a grande figura da articulação política de Tancredo em São Paulo. Eu o ajudava nessa tarefa. Tancredo conversava também muito com Aureliano Chaves. Ele foi o grande contato, a grande interlocução de Tancredo em todo aquele processo.

Acompanhei a votação no Colégio Eleitoral lá mesmo no Congresso Nacional. Mas, se vocês procurarem uma fotografia minha com Tancredo, ninguém encontra, porque eu não sou “papagaio de pirata”...

TANCREDO ELEITO – VIAGENS E PLANOS

Na quinta-feira à tarde, fui trabalhar com Tancredo na redação definitiva do discurso de posse. Ele já se sentia mal. Sugeri que adiasse a posse e fosse para São Paulo. Tancredo foi veemente: “Você sabe que são razões de Estado, e poderosas. Os militares não vão dar posse a Sarney”. Depois dessa conversa, ele me pediu que resumisse o discurso. Fui à Fundação Getúlio Vargas, para cumprir a tarefa, e quando estava terminando o trabalho, me informaram que o Presidente fora internado no Hospital de Base.

Depois da morte de Tancredo, D. Risoleta contou a Wânia, minha esposa, o seguinte: “Nós estávamos na véspera da viagem para a Europa, por volta das 9 h da noite, conversando, quando Tancredo me disse: “Risoleta, vamos fazer um passeio no calçadão?”, e eu respondi: “Tancredo, você está louco? Você acaba de ser eleito Presidente da República, pode te acontecer alguma coisa”. Ele disse: “O povo não vai fazer nada comigo. Sabe por que, Risoleta? Porque quero que as pessoas me vejam, me abracem. Quero sentir o calor do meu povo. Se vier alguma coisa, virá do outro lado. Você vem comigo?” E então ele saiu, passeou, e, quando voltou, eram 15 para meia-noite. Ele estava num riso só: “Risoleta, foi maravilhoso. As pessoas vinham e falavam comigo, me davam os parabéns, diziam que tinham muita confiança em mim, que comigo o Brasil vai mudar. Foram as melhores duas horas e meia da minha vida”. Quer dizer, era um homem que não tinha medo...

Isso foi na véspera da viagem dele ao exterior. Já eleito Presidente, ele foi a Portugal. Em Lisboa, a enviada especial do *El Pais* solicitou a Tancredo, por meu intermédio, uma entrevista para seu jornal. Sabendo dos compromissos do Presidente, redigi a entrevista como se fosse o próprio Tancredo -- como é comum nos meios políticos, em situações semelhantes. No dia seguinte, levei a ele um exemplar do jornal, dizendo: “Leia a entrevista que ‘você’ deu a esse jornal de Madri”. E ele: “Não li ainda, mas gostei muito”... Depois, pegou o avião e foi à Espanha. Foi recebido e jantou com o rei Juan Carlos. Em seguida, foi direto para a França, jantar com Mitterrand -- depois de haver jantado com Juan Carlos. Tancredo era bom de garfo, comia feito um motorista de caminhão... Com Mitterrand, ele tratou de muitas coisas. Disse: “Olha, quero que você compreenda a nossa situação e me assegure uma linha de crédito, para que eu possa ficar fora da esfera americana”. Tancredo falava francês fluentemente e já tinha a retaguarda preparada para enfrentar os americanos. Ele era um nacionalista, defensor das empresas estatais, que via como o caminho do

desenvolvimento do país. Da França, ele seguiu para os Estados Unidos, onde deu uma entrevista para mais de 400 jornalistas. Tancredo esteve impecável. Quando saiu de lá e voltou ao Brasil, uns 3-4 dias depois, ele teve um pequeno resfriado. Mas não foi nada demais.

DOENÇA E MORTE

Descobri que Tancredo estava doente quando fui despachar com ele na quinta-feira à tarde, quando tratávamos do discurso de sua posse no Congresso Nacional. Também esse discurso fui eu escrevi. Trabalhei com ele durante mais ou menos uma hora, vendo e revendo o texto. Em certo momento, começaram a entrar mosquitinhos pela janela. Tancredo se levantou para fechá-la, mas, ao fazer isso, gemeu de dor e segurou o abdome. Depois, sentou-se, apontou para o papel e me disse: “Seu Mauro, eu não sei se vou ter força para ler isso aqui, não”. Perguntei o que estava acontecendo. “Eu estou com um negócio aqui na barriga que eles não sabem muito bem o que é. Dizem que é apendicite, mas eu já fui operado de apendicite há muito tempo”. Falei assim: “Se eu fosse você, adia a posse. Estão os juristas todos aí, eles encontram uma forma jurídica para o adiamento. Sarney se empossa e você vai para o hospital de São Paulo”. Tancredo respondeu: “Mauro, você não me dá um conselho desses, não. Os militares não darão posse ao Sarney. Eles preferem qualquer um, menos o Sarney. Os militares acham que ele não presta, e ele não tomará posse. De modo que eu preciso estar bem amanhã, para a posse. Descanso no sábado e reúno o Ministério no domingo. Depois, podem até me matar, se quiserem. Mas amanhã não...”. Foi à última vez que eu o vi com vida. Não quis vê-lo depois, porque eu não gosto de ver ninguém doente.

Bom, como se sabe, Tancredo foi operado e internado com dezenas de pessoas dentro da sala. Mas nada disso derrubaria ele. Tenho absoluta certeza de que os americanos fizeram alguma coisa com ele: alguma bactéria contrabandeada matou o Tancredo. Não era nada difícil ter metido uma bactéria qualquer num

suco do Tancredo lá em Washington. Porque Tancredo tinha umas ideias para seu governo que pouca gente sabe. Por exemplo, ele tinha conversado comigo que, antes de terminar o primeiro semestre do primeiro ano do seu governo, ele queria reunir todos os presidentes latino-americanos para discutir o não-pagamento da dívida externa.

É verdade: Tancredo ia assinar o termo de posse na Presidência com a caneta de Getúlio -- presente que ele havia ganhado um pouco antes do suicídio: uma caneta Parker de ouro. Esta caneta deve estar no memorial do Tancredo, lá em São João Del-Rey. Acho que deve ter parado nas mãos de Aécio; quem sabe ele a usaria para assinar a sua posse na Presidência da República...

NA COMISSÃO ARINOS

Conheci Tancredo desde quando ele foi Primeiro-Ministro de Jango, e ele já falava naquela época de Assembleia Constituinte. Tancredo dizia que só uma Constituinte podia resolver o problema político brasileiro. A ideia dele era de que se convocasse uma Constituinte originária. Verdade que a transição política brasileira foi sem ruptura, o que juridicamente exclui uma Constituinte originária. Mas Tancredo achava que o que faz as coisas é a prática. Lembrem que a primeira Constituinte republicana brasileira também foi feita por um Congresso Constituinte: foram os membros eleitos do Congresso Nacional que fizeram uma Constituinte, para elaborar a Carta Política de 1891. Portanto, o que faz a doutrina é a prática.

Bom, a ideia de Tancredo era contar com um projeto prévio de Constituição. Não é verdade a versão de que ele tivesse convocado o jurista Clovis Ramallete para essa tarefa. E ele me encarregou de organizar e secretariar a Comissão de Assuntos Constitucionais. A ideia dele era ouvir o povo brasileiro: queria que as reuniões da Comissão se dessem em cada um dos Estados. Originalmente, Tancredo propôs dezesseis nomes para a Comissão. Se Afonso Arinos estava

entre os 16? Estava, eu é que fiz o convite a Arinos. Aliás, era o único que não era amigo de Tancredo, porque os dois viviam tendo arranca-rabos no Congresso Nacional. Os demais quinze eram os seguintes: Barbosa Lima Sobrinho, Antônio Ermírio de Moraes, Cândido Almeida, Cristovam Buarque, Edgar da Mata-Machado, Evaristo de Moraes Filho, Padre Ávila, Gilberto Freyre, Hélio Jaguaribe, Hilton Ribeiro da Rocha, João Pedro Gouvea Vieira, Joaquim Falcão, Jorge Amado e Sepúlveda Pertence. Eu também estava escalado, como secretário-executivo da Comissão.

Um pouco depois, ao assumir Sarney a Presidência da República, ele aumentou o número de pessoas na Comissão e nomeou outras dezenas de nomes. Mas não interferiu no seu funcionamento. E quem foi nomeado secretário-geral foi Ney Prado. Este cidadão depois foi expulso da Comissão, porque cometeu um desliz: pegou o texto final do Anteprojeto de Constituição e o entregou à *Folha de São Paulo*, que publicou todo o texto. Quando nós fomos entregar o relatório final, ele apareceu para entregar o relatório dele, que eram as coisas simplesmente burocráticas da comissão.

Nós começamos tudo do zero: assunto por assunto, tema por tema, que foram divididos por Cândido Mendes, que terminou sendo uma espécie de relator-geral. A convocação dos membros era feita por telefone por nossa secretaria, que separava por assunto as cartas e projetos vindos do povo e de entidades e os entregava aos comitês temáticos da Comissão. Nós respondíamos a todos com os nossos agradecimentos. As reuniões eram abertas à imprensa ao povo e se realizavam normalmente no Hotel Glória. As últimas reuniões se deram em uma espécie de retiro em Itaipava, cedido pelo Ministério de Minas e Energia, por intermédio do Ministro Aureliano Chaves.

Quem tomou conta disso tudo foi a Wânia, que estava à disposição da Comissão, porque ela trabalhava na Empresa Brasileira de Comunicação. Tinha sido nomeada por Sarney. Ela frequentava a comissão o tempo inteiro. Uma vez,

desapareceu um documento que precisava ser discutido no dia seguinte. Como secretário-geral, Ney Prado tinha que ter uma cópia disso no Rio de Janeiro, com base nos documentos que a gente mandava para ele, de acordo com a programação de reuniões. Acontece que quando iam ser votadas coisas importantes que não eram do seu agrado, ele simplesmente não preparava o documento para cada membro. Lembro-me que Wânia me disse: “Mauro, eu estou achando que esse senhor, nessa etapa final, vai fazer qualquer coisa para impedir a votação de pontos que não lhe interessam. De modo que eu vou mandar em um carro as cópias de cada texto, a fim de que não se atrase o cronograma de entrega do Anteprojeto”. Em princípio, achei desnecessário. Mas Wânia, em sua intuição, mandou em um carro os textos originais.

Em Itaipava, durante 15 dias, toda a comissão permaneceria em trabalho intensivo. Ney Prado não tinha preparado nada, não levava nenhum documento. Wânia tinha somente três funcionários para ajudá-la nas atividades da Comissão. Ela teve a ideia de convocar as senhoras que estavam acompanhando seus maridos -- os membros da Comissão não tinham remuneração, por se tratar de relevante serviço público. As esposas em sua maioria iam, não todas; Jorge Amado sempre ia com Zélia, para ficar 15 dias no hotel. Havia alguns membros que não eram casados e outros, por várias razões, não podiam comparecer. Wânia então recorreu a Sueli, esposa de Sepúlveda Pertence. E elas passaram a noite inteira em claro, fazendo cópias dos textos.

O professor Cândido Mendes filmou todo o funcionamento da Comissão Arinos, registrando todas as reuniões. Mas depois não encontrou o material da filmagem de jeito nenhum nos seus pertences. Ainda temos esperança de que esteja nos acervos da Faculdade Candido Mendes. Depois, tentamos também obter uma cópia no Ministério da Justiça, mas eles também não localizaram os filmes. De todo modo, todos os institutos, entidades e o Congresso Nacional receberam o documento. Talvez um dia se encontre essas filmagens.

Quando o Anteprojeto da Comissão ficou pronto, nós fizemos cópia e o oferecemos para cada um dos deputados e senadores. Pouco depois, Sarney determinou o arquivamento do Anteprojeto...

O LEGADO DE TANCREDO

No dia 14 de março, às cinco da tarde, na Granja do Riacho Fundo, eu vi Tancredo em vida pela última vez. Como disse, foi ali que revisamos o texto do discurso que ele pretendia fazer, ao tomar posse da Presidência da República no Congresso Nacional, no dia seguinte. Embora visitasse sempre a família dele no Instituto do Coração, em São Paulo, não tive coragem de vê-lo no leito em que viria a morrer, em 21 de abril.

As novas gerações não sabem quem foi Tancredo Neves, o arquiteto da Nova República: o nacionalista intrépido, o bravo Ministro da Justiça de Getúlio, que assinou em primeiro lugar a lei de criação da Petrobrás, o paladino da aliança entre a classe operária e a parcela mais esclarecida da classe média urbana. Ele me disse um dia que “O Brasil tem os melhores cemitérios do mundo. Aqui, morreu a pessoa, morre também a sua memória. Na missa de sétimo dia, ninguém sabe mais quem foi”. Poucos sabem, por exemplo, que coube a Tancredo o gesto de extrema coragem de aconselhar a resistência de Getúlio e seus ministros, na madrugada de 24 de agosto de 1954. Naquela reunião dramática do Ministério, ele propôs que todos resistissem ao golpe. O General Zenóbio da Costa objetou que, nessa hipótese, seriam todos massacrados no Palácio do Catete. Tancredo retrucou logo: “Poucos homens têm a oportunidade de morrer por uma boa causa. Por que não aproveitamos esta”?

Entrevista realizada com Mauro Santayana e sua esposa Wânia na tarde de 04 de agosto de 2014, no seu apartamento em Brasília, com a participação dos pesquisadores Ademar Cruz e Antônio Sérgio Rocha.